



FACULDADE UNIDA DE CAMPINAS – FacUNICAMPS
Recredenciada pela Portaria MEC nº262 de 18/04/2016

A IMPORTÂNCIA DOS INDICADORES DE LIQUIDEZ PARA TOMADAS DE DECISÕES NA EMPRESA GERDAU S/A.

THE IMPORTANCE OF LIQUIDITY INDICATORS FOR DECISION MAKING IN GERDAU S/A.

BRUNO DE SOUZA FERREIRA¹
JANYELLE BENTO SAMPAIO²
LUCIANO SERAFIM DE SOUSA³
ANDERSON CARLOS DA SILVA⁴

RESUMO

As entidades valem-se de vários métodos para avaliar os resultados econômicos de uma determinada empresa. Os índices econômicos aparecem entre os mais importantes métodos de avaliação. Tendo por base um período proposto, os usuários são capazes de tomar determinadas decisões com mais confiabilidade quando relacionados às compras e aos investimentos, isso devido aos resultados obtidos da aplicação dos índices econômicos. Este artigo faz uso dos índices de liquidez para analisar o estado econômico e financeiro da empresa Gerdau S/A, cujo período proposto para o estudo são os anos base 2018 e 2019 demonstrados no Balanço Patrimonial anual da entidade. Através dos estudos constituídos com examinação e apresentação de indicadores econômicos e financeiros de liquidez, objetiva-se contribuir com os processos de tomada de decisão da empresa verificando se os recursos de que ela possui são suficientes e disponíveis para a quitação de suas obrigações de curto e longo prazos.

Palavras-chave: Indicadores de liquidez. Demonstrações Contábeis. Tomadas de Decisão.

ABSTRACT

Entities use various methods to assess the economic results of a given company. Economic indices are among the most important valuation methods. Based on a proposed period, users are able to make certain decisions more reliably when related to purchases and investments, due to the results obtained from the application of economic indices. This article makes use of liquidity ratios to analyze the economic and financial status of the

¹Graduando do 8º período de Ciências Contábeis da FacUnicamps. E-mail: brunosouzasf.1997@gmail.com

²Graduanda do 8º período de Ciências Contábeis da FacUnicamps. E-mail: janyellebsampaio@gmail.com

³Graduando do 8º período de Ciências Contábeis da FacUnicamps. E-mail: lucianoserafins@gmail.com

⁴ Professor orientador do Curso de Ciências Contábeis da FacUnicamps. E-mail: andersoncarloslinea@gmail.com

company Gerdau S/A, whose proposed period for the study is the base years 2018 and 2019 shown in the entity's annual balance sheet. Through studies with examination and presentation of economic and financial liquidity indicators, the objective is to contribute to the company's decision-making processes, verifying whether the resources it has are sufficient and available to settle its short and long obligations deadlines.

Keywords: *Liquidity indicators. Accounting statements. Decision making.*

1 INTRODUÇÃO

As demonstrações contábeis são descritas como técnicas que objetivam revelar a situação econômica da empresa. Com as constantes mudanças na economia brasileira, as empresas utilizam os indicadores financeiros para obter maiores conhecimentos acerca da situação econômica e, através dessas informações, conseguem realizar tomadas de decisões como investimentos. Os dados obtidos diante de tais análises são designados para usuários internos e externos. O resultado obtido e a contribuição são usados para o crescimento e conservação do crescimento empresarial.

A análise dos Indicadores de Liquidez é compreendida por Assaf Neto (2010), como instrumentos de avaliações do desempenho financeiro e como ferramenta de análise econômica, em um determinado período nas empresas. Logo, é também uma análise retroativa dos fatos vivenciados internamente e buscam apresentar a situação financeira da empresa, de forma que não venham a refletir nos âmbitos externos e na sua vida econômica. Por meio da análise dos Indicadores de Liquidez, é possível avaliar o desempenho financeiro de uma empresa levando em consideração um determinado período. Tais análises retroagem em fatos vivenciados com o intuito de indicar naquele momento e em momentos seguintes a real situação da empresa, refletindo nos âmbitos tanto internos quanto externos de sua atividade econômica e financeira.

Marion (2010) afirma que, ao separar os coeficientes de liquidez, encontra-se em sua estrutura, liquidez imediata que evidencia o que está disponível de imediato, também composto pela Liquidez Geral responsável por apontar os recursos existentes originários a longo e curto prazo. Já a Liquidez Corrente demonstra a possibilidade de recursos em curto prazo e a Liquidez Seca se assemelha a primeira sendo que a diferença está na subtração dos estoques apresentados no ativo. Desse modo, sua situação financeira líquida de pagamento é obtida sem utilizar os estoques.

Através dos dados apresentados no Balanço Patrimonial da empresa, foram

realizados cálculos com resultados capazes de contribuir em processos de tomadas de decisões e no controle financeiro dela. A problemática do trabalho nos apresenta o questionamento da importância dos indicadores de liquidez nas avaliações econômicas e financeiras dentro de uma empresa e, nesse contexto, responder ao questionamento direcionado ao título do trabalho: A empresa Gerdau S/A. apresentou uma estrutura financeira favorável, se analisarmos os resultados obtidos pelos índices de liquidez do período proposto?

O objetivo Geral da pesquisa é comparar os Índices de Liquidez medindo a capacidade de pagamento a curto e longo prazo. Os objetivos específicos são (a) verificar a contribuição dos indicadores de liquidez como uma ferramenta de avaliação do grau de desempenho e financeira na empresa Gerdau S/A. e medir a variação ocorrida dos coeficientes de liquidez; (b) verificar a capacidade financeira da empresa nos exercícios; (c) demonstrar o resultado comparativo entre os exercícios dos anos específicos de 2018 e 2019.

A pesquisa que se delinea aqui tem características bibliográficas, especializada na área de concentração do estudo, em que foram reunidas informações e dados para construção da investigação proposta. Além disso, pesquisas foram baseadas em livros, artigos, sites específicos com o intuito de demonstrarmos os pensamentos de vários autores. A metodologia utilizada para desenvolver o trabalho foi com base bibliográfica e com coleta de dados através de análises e cálculos para assim chegarmos ao artigo aqui apresentado. A justificativa do trabalho está em demonstrar a importância da elaboração e análise das medidas econômico-financeiras como ferramentas que devem ser usadas para auxiliar à tomada de decisões externas e internas de uma empresa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A História da Contabilidade

A história da contabilidade acompanha à história da civilização, à proporção que as pessoas passaram a construir patrimônio, surgia também à necessidade de controlá-los, e protegê-los. Então, abandonaram a caça para manutenção e controle de seus rebanhos e da agricultura, com intuito de produzir e gerar riquezas. De acordo com Sá (2010),

mesmo o homem não sabendo escrever ou calcular, criou, de forma bem arcaica, os registros dos seus bens, usando a forma artística. Segundo o autor SCHMIDT (2000), no período antigo as compras eram somente à vista, não existia crédito nem débito. Logo após empregavam-se ramos de árvores marcados como registro de dívida ou quitação, seguindo o desenvolvimento do papiro (papel) e do cálamo (pena para escrever) no Egito Antigo facilitou o registro de informações sobre negócios conforme informa Jochem (2013).

Entretanto, não se têm fontes concretas que confirmam a verdadeira autoria e data onde se originou a partida dobrada. Pode-se identificar que esse critério de registrar as movimentações no patrimônio, é usado atualmente sem mudanças em suas bases.

Posteriormente no meio do período renascentista surgiu um frade Franciscano chamado Luca Pacioli, ele escreveu o livro que explicou e conceituou o Método das Partidas Dobradas. Lá, afirma-se que o resultado para débito lançado, deverá existir um crédito na mesma proporção, conforme informações do livro de Lima (2011).

Sá (2010) argumentou que os primeiros registros contábeis foram encontrados na Mesopotâmia, atual Iraque, estudos indicam que, nessa época, já realizavam a cobrança de tributos e registravam seus patrimônios em folhas de papiro após sua mudança, sendo que os mesmos já tinham a imposição de contar seus ativos e em acumular fortunas.

Segundo Ribeiro Filho, Lopes e Pederneiras (2009), na conclusão do período deveria somar todos os débitos e alocar no lado esquerdo, somar todos os créditos e alocar do lado direito, logo após fazer uma nova soma das contas para comprovar se os totais dos débitos estavam conforme a dos créditos. Caso estivessem condizentes, era sinal de que o Razão tinha sido bem preservado, sendo isso necessário para um acertado comerciante. Caso o oposto acontecesse, não sendo um bom contador em seus comércios, andaria na escuridão, e muitos desvios poderiam acontecer (*apud* Hendriksen, 1999).

2.2 História da Contabilidade no Brasil

De acordo com Maestri (1991), no século XV, ocorreram as colonizações portuguesas em território brasileiro, esse desenvolvimento acompanhou a expansão marítima. Em virtude das novas rotas traçadas para navegação, encontraram as terras brasileiras, porém, os portugueses não foram os primeiros a pisar nelas, uma vez que os povos indígenas habitavam-na, antes mesmo dos europeus.

Ainda assim, coube aos portugueses a alcunha de conquistadores das terras brasileiras, nesse mesmo período, as primeiras escriturações contábeis tornaram-se necessárias. Num primeiro momento, houve uma extração do Pau-Brasil, usando a mão-de-obra indígena, a troca de produtos e utensílios, que eram coisas do homem branco, o que para os indígenas eram novidades. Ainda de acordo com relatos do autor Maestri (1991), o nome dado a essa forma de pagamento é escambo, isto é, a troca de mercadorias e serviços sem fazer uso da moeda. Podemos considerar essa a primeira atividade contábil brasileira.

A história da contabilidade no Brasil foi sendo desenvolvida lentamente, seguindo o ritmo das primeiras sociedades civilizadas brasileiras fundadas pelos portugueses logo após o descobrimento, como consta em Barreto (2011). Schmit (2000) relata que, no século XV, chegaram ao país os responsáveis pelas escriturações contábeis denominados de provedores das fazendas do governo colonial e que ainda, conforme escritas de Dom João VI, vieram os responsáveis pelas escriturações contábeis denominados de provedores das fazendas do governo colonial. Em 1808, foi divulgado um alvará obrigatório para todos os contadores gerais da Real Fazenda, para que fossem aplicado o método das partidas dobradas, descrito por Luca Paciole no livro *Summa de Arithmetica, Geometria, Proportioni et Proportionalita*.

Reis (2007) nos informa que surgiu, em 1850, um estudo com ensinamento contábil no país, com uma disciplina chamada aula de comércio da corte. A partir de então o Código de Comércio do Brasil fez com que a escrituração contábil fosse obrigatoriamente elaborada anualmente usando das Demonstrações do Balanço Geral. A profissão contábil foi regularizada em 1870, através Decreto n. 4.475, Guarda-Livros, considerada a primeira ocupação liberal regulamentada no Brasil.

Desse período em diante, começaram as exigências para a profissão de Guarda-Livros, exigindo conhecimento comercial que falasse as línguas portuguesa e francesa acompanhado de uma boa caligrafia. O primeiro congresso de contabilidade aconteceu em 1927, foi considerado um marco histórico, pois a contabilidade estava criando um padrão uniforme da classe.

À medida que o mercantilismo avançava no Brasil, a contabilidade ganhava destaque, a globalização e as regras criadas internacionalmente destacaram a necessidade de uniformização contábil dentro e fora do país, consoante Agostini (2012). No ano de 1931, foi admitido o Decreto Federal n. 20.158, regulamentando a profissão e organizando o ensino comercial, criando o curso de contabilidade, o qual contava com duas opções de profissionalismo e aprendizagem: Guarda-Livros e Peritos-Contadores.

No ano seguinte, em 1932, mais um passo foi dado pela classe, criando-se o Decreto n. 21.033 instituindo que os profissionais guarda-livros precisavam se adequar às novas normas e buscar formação no curso de Contabilidade, pois no Decreto n. 4.475 criado em 1870 tinha exigências tidas como não suficientes no novo Decreto. Contudo foi dado um prazo para adequação daqueles que decidissem seguir carreira na área contábil. Em 1946, o Conselho Federal de Contabilidade foi criado sendo regido por legislação específica, que seria o Decreto-Lei n. 9.295, de 27 de Maio de 1946.

Em seguida, formou-se a regulamentação às regras e à organização pela resolução CFC n. 1.370 de 08 de Dezembro de 2011, que aprova o Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade, de acordo com Franco (1988). Ainda no século XXI, segundo Agostini (2012), a contabilidade atual tem como objetivo fornecer informações estruturadas através de informes contábeis de qualidade que permitem ao usuário tomar decisões gerenciais.

2.3 Princípios Contábeis

Os princípios contábeis podem ser entendidos como a aplicação de normas gerais e delimitadoras dentro da ciência contábil. Segundo Marion (1988), esses princípios foram criados para evitar que as empresas adotassem suas próprias formas de registros dos fatos contábeis, pois assim se tornaria impossível a medição correta da riqueza patrimonial. Tais princípios devem conter três características ao mesmo tempo: serem úteis, objetivas e praticáveis, explica o autor.

Em 1981, após rever os até então chamados princípios de contabilidade, o Conselho Federal de Contabilidade publicou a Resolução n. 530/81 sendo instituídos os Princípios Fundamentais de Contabilidade, posteriormente a mesma foi substituída pela Resolução do CFC 750/93 o intuito era de acompanhar a evolução contábil. Esta, dispunha em seus artigos a obrigatoriedade da observância no exercício da profissão, constitui a legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade. Posteriormente, em Dezembro de 1993, o Conselho Federal de Contabilidade atualizou novamente os Princípios da Contabilidade e reduziu-os para sete num total. Recentemente somam apenas seis, pois o princípio da atualização monetária foi revogado pela Resolução CFC n. 1.282/10.

2.3.1 Princípio da entidade

O princípio da entidade, segundo Iudicibus (2004), toma por base e objeto de

estudo o patrimônio da empresa seja ela de pequeno, médio ou grande porte e leva em consideração o fato de as empresas possuírem vários sócios. Dentro do princípio da entidade, o foco é mensurar, separar, e proteger o patrimônio da empresa e o patrimônio dos sócios, porém como duas grandezas diversificadas.

Nessa questão de separar os patrimônios, envolvem-se, além dos aspectos contábeis, os aspectos éticos, organizacionais e econômicos. Exemplificando a descrição do texto, tem-se, como exemplo, um sócio de uma empresa que, apesar de deter parte das ações, não pode utilizar o capital integralizado da empresa para uso particular como uma viagem de férias com sua família explicam Hendriksen e Van Breda (1999). A não obediência ao princípio da entidade ocorre com maior frequência dentro das pequenas empresas, porque nem sempre possuem uma estrutura contábil adequada, mesmo quando têm a parte contábil, não consegue regularizar ou impedir tais atos, muitos casos só tomam conhecimento após o fato ocorrido, segundo Raza (2008).

Está disposto no Art. 4º da Resolução do CFC nº 750-93, e foi revogado em 2016, e, de acordo com esse artigo, o patrimônio de uma empresa deverá ser separado do patrimônio pessoal dos patrimônios dos sócios da empresa, assim os mesmos não podem utilizar os recursos da empresa para benefício próprio e particular. De acordo com Art. 4º da Resolução do CFC nº 750-93 o princípio foi revogado, mas sendo regido por lei, possui grande influência no âmbito contábil.

2.3.2 Princípio da continuidade

O princípio da continuidade é definido como a existência das atividades das empresas por tempo indeterminado. Por meio desse conceito, a empresa deve ser um corpo em constante movimentação considerando compras, vendas, produção contínua e investimentos diários, segundo Reis (2004). Na fundação de uma empresa a expectativa é de que a mesma não tenha tempo determinado ou prazo estabelecido para seu encerramento.

O princípio da Continuidade consta no Art. 4º da Resolução do CFC nº 750-93 e, de acordo com o mesmo, a intenção de uma empresa ao ser criada é de que ela prevaleça, tenha continuidade, ou seja, não tenha data prevista para encerrar suas atividades. Isso é acrescido como informação no momento de aferir e apresentar os componentes do patrimônio.

2.3.3 Princípio da oportunidade

O princípio da oportunidade trata-se da importância de registrar os acontecimentos das variações patrimoniais no momento em que elas ocorrem. De acordo com art. 6º do CFC nº 750-93, o princípio da oportunidade é o resultado obtido com a utilização desses resultados para importantes tomadas de decisões. A apresentação e exposição desse princípio representam transparência e veracidade nas informações apresentadas, em contrapartida a falta de honestidade no momento das exposições e divulgações dessas informações podem resultar na perda de sua importância.

Segundo os autores Santos, Schmidt e Machado (2005), em decorrência dessas características pode-se concluir que as informações devem ser claras e verdadeiras, os registros devem ser precisos, atualizados e as informações precisam ser registradas mediante o acontecimento dos fatos.

2.3.4 Princípio do registro pelo valor original

O princípio do registro pelo valor original está disposto no art. 7º do CFC nº 750-93 e informa que os itens disponíveis no patrimônio devem ser registrados pelo valor original expressos na moeda nacional. De acordo com Franco (1996), registros são realizados na data em que foram adquiridos não levando em consideração se já foram pagos. Após serem incluídos aos patrimônios, os componentes patrimoniais como ativos e passivos podem sofrer variações se levando em considerações o custo histórico, em que identificamos o custo corrente ou valor de mercado.

No dia das demonstrações contábeis, o valor do ativo irá considerar o valor do custo de mercado para reposição, desde que este seja menor que o valor registrado, a regra é custo histórico ou custo de mercado dos dois ou o menor. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios deduzido os custos e os gastos que foram gerados para concretizar a venda, de acordo com Franco (1996).

Caso exista diferença entre o valor antigo do produto e valor realizável, a diferença deverá ser contabilizada nas perdas decorrentes do ajuste ao valor realizável, afirma o supracitado. O valor presente e a variação do custo histórico em que os ativos são mantidos pelo valor presente é descontado o fluxo futuro de caixa. Temos que trazer o

valor do futuro para o presente. Isto é muito utilizado quando ocorre compra de um ativo a prazo e nessa compra é incluído o valor dos juros.

No momento da contabilização, esses juros deverão ser calculados separadamente ao bem adquirido, explica Franco (1996). O valor justo é o valor pelo qual a negociação ocorre sem intenção de favorecimento para ambas as partes, nelas os ativos podem ser trocados, os passivos liquidados com negociação entre ambas as partes conhecedoras, ainda segundo Franco (1996).

É um valor baseado no mercado, o valor justo é utilizado em transações envolvendo instrumentos financeiros, reavaliação de ativos e bens para investimentos. Por último, a atualização monetária, responsável pelos ajustes realizados para demonstrar o preço de aquisição em moeda corrente de nosso país, quando relacionado ao valor de outras moedas o que denominamos de ajuste cambial, ou índices de inflação, ou cotações de mercados financeiros, explica Franco (1996).

2.3.5 Princípio da atualização monetária (Revogado pela Resolução CFC nº. 1.282/10)

Este princípio expõe a perda patrimonial devido à contínua desvalorização da moeda nacional. O seu objetivo é o ajuste do valor real em relação ao valor expresso de referência, assim as distorções são compensadas nos balanços contábeis e patrimoniais, conforme o art. 7º do CFC nº 750-93. De acordo com a publicação de Tavares (2020), a extinção das correções monetárias nos balanços ocorreu a partir de 1995, com o Governo de Fernando Henrique Cardoso e a criação do Plano Real, porém a atualização monetária das demonstrações contábeis é de grande importância, pois apresenta a real situação da empresa se relacionado ao valor do dinheiro no tempo.

2.3.6 Princípio da competência

O princípio da competência é um dos mais utilizados, conforme descrito no art. 9º do CFC nº 750-93, ele nos informa que devemos registrar as receitas e as despesas no momento em que o fato ocorre independente de pagamento ou recebimento. Não se deve

registrar uma despesa no momento em que ela for paga e uma receita no momento do seu recebimento, pois o fato gerador deverá ser registrado no momento em que ocorrer o fato, ou seja, respeitando a competência.

Considera como regime de caixa, os registros realizados no momento do seu recebimento ou pagamento, os quais são utilizados somente em escrituração de livro caixa. Na contabilidade, devemos registrar sempre pelo regime de competência. Alguns estudiosos, como Santos, Schmidt e Machado (2005), preferem a classificação de reconhecimento de despesas e receitas de formas distintas, porém de acordo com CFC nº 750-93, as duas englobam sempre o mesmo conceito.

2.3.7 Princípio da prudência

O princípio da prudência diz que o contador deve ser prudente em relação à escrituração contábil. Disposto no art.10º do CFC nº 750-93, o princípio diz que se deve adotar o menor valor de registro para o ativo, e o maior para o passivo. A prudência resume em adotar uma determinada postura onde existam duas opções de valores para o registro do ativo ou do passivo. Apresentando essa mensuração, é mais fácil fazer correções, caso exista necessidade, dessa forma torna-se mais fácil o entendimento por parte dos usuários da contabilidade. Caso exista necessidade de ajustes, sempre será para melhorar essa alteração, conforme aponta Franco (1988).

2.3.8 Demonstrações contábeis

Todas as áreas existentes no mercado que envolva finanças, investimentos e comércio, têm a necessidade prioritária em ter acompanhamento contábil. Com a abundância dos bens e o crescimento monetário, há um crescimento também com relação às obrigações a serem cumpridas. A contabilidade é uma ferramenta que deixa o responsável a par de todos seus ativos e passivos, fazendo com que esteja sempre no controle de todas as atividades ocorridas, e trazendo previsões e formas coerentes para que novas atividades possam ocorrer eliminando a margem de erros e riscos de perdas, garantindo uma maior probabilidade de lucro ao usuário.

Silva (2010) escreve que os demonstrativos são mecanismos que oferecem em seu

conjunto o espelho da entidade quanto ao seu patrimônio tomado de informações constantes, que carece de referir e identificar a sua real situação. As finalidades dos demonstrativos estão no Quadro 1.

Quadro 1 – Finalidade dos Demonstrativos

Balço Patrimonial	É uma amostra de dados que tem a finalidade de demonstrar o ativo, o passivo e o patrimônio líquido da entidade, de modo a deixar visível a economia e o fluxo financeiro dela.
Demonstração do Resultado do Exercício	Documento contábil que coleta dados das receitas, despesas e custo de um período da empresa, trazendo o parecer do resultado líquido.
Fluxo de Caixa	Instrumento que organiza a situação financeira da empresa, entradas, saídas e projeções futuras. Uma gestão que faz com que se tenha o controle do seu saldo financeiro.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	Relatório que demonstra ajustes ocorridos no patrimônio líquido da empresa, se existiu um ajuste no seu capital para mais ou para menos, e a finalidade, a fim de gerenciar os recursos da empresa.
Demonstrativo do valor adicionado	Valor monetário de grande quantia constituído por uma empresa em um exercício ocorrido, isto é, a maneira que vai ocorrer a distribuição entre as respectivas partes ligadas à fonte geradora.

Fonte: Silva (2010) Adaptado pelos pesquisadores.

As demonstrações contábeis trazem dados que ajudam na tomada de decisões, de investidores, sócios e acionistas que tem interesse na empresa. Os dados expostos podem ser usados por auditores independentes para fazerem a análise de uma empresa, assim afirma Franco (1992). Segundo dados levantados no Portal da Contabilidade (2014), as demonstrações contábeis são uma representação monetária estruturada da posição patrimonial e financeira em determinada data e das transações realizadas por uma entidade no período findo desta data.

O objetivo das demonstrações contábeis de uso geral é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira. O resultado é o fluxo financeiro de uma entidade, que são úteis para uma ampla variedade de usuários na tomada de decisões, consoante Zanlunga (2014). As demonstrações contábeis também mostram os resultados do gerenciamento pela administração dos recursos que lhe são confiados, de acordo com o autor.

2.3.9 Indicadores de Liquidez

Os indicadores de liquidez têm a finalidade de medir a capacidade que uma empresa tem de pagar todas as suas contas, ou seja, eles expõem a realidade financeira da

empresa, em um determinado tempo ou período, conforme Bona (2019). Os cálculos para análise são extraídos dos balanços patrimoniais das empresas normalmente em dois ou mais períodos distintos.

De acordo com Matarazzo (1998), os índices de liquidez demonstram a situação da empresa de forma completa, não utilizando como base somente as entradas e saídas de dinheiro, confrontam os índices a partir dos ativos e as dívidas, chegando ao consenso da solidez financeira da empresa. Ainda de acordo com autor, os índices de liquidez corrente e liquidez seca são responsáveis por demonstrarem a capacidade de pagamentos das empresas em curto prazo.

Com relação à capacidade de pagamento em longo prazo, é demonstrada nos índices de liquidez geral, e os índices de liquidez imediata que correspondem a pagamentos de forma e prazo imediatos. Em tese, quanto maiores os índices de liquidez, melhor a situação financeira da empresa, no entanto deve-se observar o correto cumprimento das obrigações e a adequada administração para recebimentos ou pagamentos de dívidas, como aponta Matarazzo (1998).

Ainda de acordo com autor, como regras gerais adotam-se os critérios para os resultados das análises dos índices de liquidez. Se o resultado do cálculo do índice de liquidez for maior que 1, a empresa conseguirá cumprir suas obrigações com folga, caso o índice de liquidez obtido seja igual a 1 a empresa possui valores de obrigações de igual quantidade a valores de à disposição, ou seja, conseguirá pagar o que deve, contudo não o faz com folga. Em contrapartida, se o índice for menor que 1, a empresa não possui no momento recursos suficientes para cumprir todas as suas obrigações.

2.3.9.1 Liquidez geral

O índice de liquidez geral é utilizado para medir a capacidade que a empresa tem a curto e longo prazo de honrar com suas obrigações, segundo Ribeiro (1997). O índice de liquidez geral, segundo Ribeiro (1997), é bastante utilizado por investidores na hora de investir em uma empresa, pois demonstra a saúde financeira da empresa, tornando o investimento mais correto e seguro.

Este índice revela que para cada R\$ 1,00 de dívida, seja ela a curto ou longo prazo, quanto a empresa registra de ativos na mesma proporcionalidade, ou seja, avalia se a empresa é capaz de arcar com suas obrigações no momento em que elas forem acontecendo Ribeiro

(1997). Ainda de acordo com as análises feitas por Ribeiro, o balanço patrimonial acontece analisando e comparando o ativo circulante mais o ativo realizável em longo prazo, dividido por todo passivo exigido que são passivo circulante e o passivo não circulante.

As contas do ativo imobilizado, permanente e intangível juntamente com as contas do patrimônio líquido, não entram no processo de cálculo e obtenção do índice de liquidez geral. Segundo Souza (2003), o indicador é uma forma de averiguar a saúde financeira da empresa, de curto e longo prazo. Trazendo transparência da sua situação caso fosse encerrar suas atividades. Averiguando se os prazos para pagamento de dívidas estão dentro do seu capital de giro. Assaf (2007) indicou a fórmula para o cálculo do índice de liquidez geral.

Fórmula: Ativo Circulante + Ativo Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Ex. a longo prazo

Fonte: Assaf (2007, p. 119).

2.3.9.2 Liquidez seca

O índice de liquidez seca é um índice calculado com mais rigor, em que é considerado apenas os valores que a empresa dispõe para quitar suas obrigações em curto prazo não considerando vendas de estoques, assim o resultado do índice vai demonstrar à empresa o valor real do ativo circulante, sem a necessidade de venda de estoque, conforme descrição de Clemente (2019).

Segundo Silva (2006), a liquidez seca indica claramente o que a empresa possui no momento relacionando disponibilidades e aplicações financeiras que podem ser resgatadas a qualquer momento além de duplicatas a receber em curto prazo, e assim poder confrontar com o passivo circulante da empresa. Portanto, quanto maior o índice melhor a situação da empresa. Assaf (2007) apresenta a fórmula para o cálculo do índice de liquidez seca.

Fórmula: Ativo Circulante - (estoques)

Passivo Circulante

Fonte: Assaf (2007, p. 119).

2.3.9.3 Liquidez corrente

Segundo autor Bona (2019), o índice de liquidez corrente, também conhecido com índice de liquidez comum, é bastante utilizado para medir a capacidade da empresa em cumprir suas obrigações em um período de curto prazo. Seu cálculo é obtido através da divisão dos ativos circulantes de uma empresa relacionada em um período menor que um ano, por todos passivos circulantes tais como empréstimos, fornecedores, contas a pagar, entre outros. Ainda conforme o autor, para obtenção de uma boa rentabilidade na empresa, o índice deverá ser maior que um.

Segundo Assaf (2007), uma liquidez corrente favorável indica que a empresa possui mais bens e direitos que obrigações, isso comparando sempre o mesmo período, quanto maior a liquidez corrente maior a capacidade da empresa em financiar suas necessidades através do capital de giro. Assaf (2007) indica a fórmula para o cálculo do índice de liquidez corrente.

Fórmula: $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

Passivo Circulante

Fonte: Assaf (2007, p. 119).

2.3.9.4 Liquidez imediata

O índice de liquidez imediata está relacionado diretamente à capacidade financeira que a empresa possui de lidar com emergências, pois se calcula através da divisão apenas dos valores que a empresa possui disponível em imediato não incluindo ativos como estoques ou contas a receber, restando apenas os disponíveis de imediato Bona (2019). Esse índice é bem instável, pois é calculado a partir de valores disponíveis que se movimentam com frequência, explica o autor.

Um índice de liquidez imediata, segundo Assaf (2007), não represa estabilidade para empresa, pois não é aconselhável a permanência de grande quantidade de dinheiro em caixa, o mesmo pode sofrer desvalorização em situações como inflação alta. O autor apresenta a fórmula para o índice de liquidez imediata.

Fórmula: $\frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo Circulante}}$

Passivo Circulante

Fonte: Assaf (2007, p. 119)

3 METODOLOGIA

Tendo em vista o tema tratado, a metodologia utilizada na elaboração da pesquisa envolveu o método dedutivo e a pesquisa bibliográfica específica, tendo como etapas e procedimentos utilizados, a análise preliminar de leituras essenciais sobre a história da contabilidade, princípios contábeis, demonstrações contábeis, indicadores de liquidez e o estudo do caso Gerdau.

Foi realizado o levantamento de dados acerca de fenômenos como instrumentos de avaliações do desempenho financeiro e como ferramenta de análise econômica, em um determinado período na empresa Gerdau. Realizou-se estudo de caso de como se iniciou a contabilidade no Brasil com base em MAESTRI (1991), FRANCO (1998), SHIMITI (2000), BARRETO (2011), REIS (2011), AGOSTINE (2012). Por meio da leitura destes autores conclui-se que se faz necessário um maior controle do patrimônio, utilizando-se mecanismos como o método das partidas dobradas, princípios contábeis e índices de liquidez.

Em seguida, a observância da análise do caso Gerdau e seus balanços financeiros dos anos 2018 e 2019 respectivamente, disponíveis no site da Bovespa (GGBR3) Gerdau S/A, apresentado no ano de 2020. Através de aplicação de cálculos que nos proporcionam os resultados das variações de liquidez corrente, liquidez seca, liquidez imediata e liquidez geral é que se constitui esse artigo.

A análise dos dados apontou como resultado que no ano de 2018 a empresa teve um cenário favorável quanto a sua liquidação financeira, porém que era necessário haver uma melhora para cumprir com suas obrigações financeiras. Com as mudanças aplicadas no ano seguinte, ou seja, em 2019, a empresa apresentou um cenário positivo e foi capaz de fazer a quitação de seu passivo com uma folga relevante concluindo que as medidas tomadas foram totalmente eficazes

3.1 Caracterização da Empresa

De acordo com o relatório anual *Securities Exchange Act of 1934*, a companhia brasileira Gerdau S/A foi fundada em 11 de novembro de 1961. Ao longo dos seus 102 anos, o Grupo Gerdau ajudou muito na construção da história da indústria brasileira, desde que iniciou seus trabalhos, em 1901, na Fábrica de Pregos e Pontas de Paris, situada em Porto

Alegre, região sul do país. Segundo o relatório, a companhia sofreu alteração em seu nome no ano de 1969 para Metalúrgica Gerdau S/A, hoje ela é controlada pela Holding.

Em fevereiro do ano de 1948, após a Segunda Guerra Mundial, com o intuito de acabar com a escassez de matéria-prima, o Grupo Gerdau adquiriu a Siderúrgica Rio-grandense S/A, com isso adiantando, o renomado modelo tecnológico de *mini-mill*, que consiste na produção de aço em fornos elétricos a arco, tendo como matéria-prima a sucata e obtendo custos operacionais mais baixos e mais competitivos.

Impulsionada pelo crescimento do mercado, em 1957, uma segunda unidade Rio-grandense, em Sapucaia do Sul, iniciou suas operações, sendo que, em 1962, a Gerdau se consolidou como a maior produtora mundial de pregos, com mais de mil itens à disposição do consumidor em cem mil pontos de venda. Segundo consta no relatório, em 1967, com a compra da Fábrica de Arames São Judas Tadeu, produtora de arames e pregos em São Paulo, a Companhia foi renomeada Comercial Gerdau, com 68 filiais no país e 4 centros de serviços e distribuição de produtos siderúrgicos.

Sua expansão continuou em 1969, com a Siderúrgica Aço Norte em Pernambuco, com a produção de aço. Em 1971, sob a forma de uma *joint venture* em parceria com o grupo alemão *August Thissen Huettle* iniciou-se a construção da usina Cosigua, no Rio de Janeiro e, oito anos após, a Gerdau assumir o controle do empreendimento, tornou-se a maior *mini-mill* da América Latina. Em dezembro do mesmo ano, foi considerada a pioneira na produção de aço no Estado do Paraná depois de assumir o controle da siderúrgica Guaíra, constituindo a Seiva S/A. Floresta e Indústrias, com o projeto de reflorestar e ao mesmo tempo produzir móveis, celulose e aço, alcançando em todo o país um total de 10 usinas siderúrgicas, dentre elas a Açominas com uma perspectiva de produção de três milhões de toneladas de aço bruto anual.

De acordo com o relatório, em 1980, com a compra da Siderúrgica Laisa, no Uruguai e, em 1989, com a compra da Gerdau *AmeriSteei Cambridge* (antiga *Courtice Steel*), no Canadá, começou o processo de internacionalização, assumindo o controle das empresas Indac e Aza. No Chile, formando a Gerdau Aza e com o passar dos anos com aquisições feitas na Argentina e em especial na América do Norte, criou em outubro de 2002 a Gerdau Ameristeel, a segunda maior produtora de aços longos naquela região.

Depois de um processo de reestruturação que teve início em 1995, sendo concluído em 1997, com a redução de seis companhias para duas contando também com a incorporação de 28 empresas formando a Gerdau S/A. e a Holding Metalúrgica Gerdau S/A. possibilitando maior clareza com o mercado de capitais. Segundo consta no relatório, a história da Gerdau

está listada no Brasil desde 1980, sendo incluída na Bolsa de valores de Nova York em 1999 e sendo incorporada no Nível 1 da Governança da Bovespa em Junho de 2001, sendo listada também no Latibex em 2002, segmento esse da Bolsa de Madrid com foco nas empresas latino-americanas cotadas em euros. E tendo também listada na Bolsa de Valores de Toronto, no Canadá, a Gerdau AmeriSteel.

3.2 Demonstrações Contábeis da Gerdau S/A

A empresa Gerdau S/A, apresenta, nas figuras a seguir, o Balanço Patrimonial dos exercícios dos anos de 2018 e 2019. Na figura 1, que foi retirada do site da GGBR3 (2020) aparece o total de ativos, passivos, e patrimônio líquido disponibilizados nos finais dos exercícios pela empresa e, através destes valores, é possível realizar a análise dos indicadores de liquidez, apresentando a situação econômica e financeira da empresa, conforme explica o autor Assaf (2007) em seus artigos sobre as finalidades e importância dos indicadores de liquidez.

Figura 1 - Balanço Patrimonial da Gerdau S/A. Ativo dos exercícios 2019 e 2018

Encerramento do Exercício	2019 31/12	2018 31/12
Total do Ativo Circulante ▾	18235,71	17503,08
Caixa e Investimentos de Curto Prazo	6294,6	3349,61
Caixa	2641,65	2890,14
Caixa e Equivalentes de Caixa	2641,65	2890,14
Investimentos de Curto Prazo	3652,95	459,47
Contas a Receber, Líquido	3659,76	4174,65
Contas a receber - comércio, Líquido	2672,37	3201,66
Inventário	7659,74	9167,69
Despesas Antecipadas	-	-
Outros Ativos Circulantes, Total	621,62	811,13
Total do Ativo ▾	54002,97	51281,03
Imobilizado - Líquido	16678,81	15546,48
Imobilizado - Bruto	44069,15	41072,18
Depreciação Acumulada, Total	-27390,34	-25525,71
Ágio, Líquido	9469,31	9112,39
Intangíveis, Líquido	673,26	836,1
Investimentos de Longo Prazo	1812,4	1367,8
Realizável a Longo Prazo	560,99	60
Outros Ativos de Longo Prazo, Total	6572,48	6855,17
Outros Ativos, Total	-	-

Fonte: Gerdau S/A (GGBR3, 2020).

Figura 2 - Balanço Patrimonial da Gerdau S/A. Passivo e PL dos exercícios 2019 e 2018

Total do Passivo Circulante ▾	7424,54	8504,25
A Pagar/Acumulado	3762,77	4119,06
A Recolher/Auferidos	-	-
Investimentos de Curto Prazo	913,18	940,33
Notas a Receber/Empréstimos de Curto Prazo	-	-
Parcela Circulante das Obrigações de Arrendamento Mercantil	1764,76	1824,94
Outros Passivos Circulantes, Total	983,83	1619,93
Total do Passivo ▾	27047,27	25550,42
Total de Endividamento de Longo Prazo	16107,88	14020,3
Endividamento de Longo Prazo	14487,64	13081,78
Obrigações de Arrendamento Mercantil	1620,23	938,53
Imposto de Renda Diferido	517,41	118,37
Participação de Acionistas Não Controladores	217,43	207,97
Outros Passivos, Total	2780,02	2699,53
Total do Patrimônio Líquido ▾	26955,7	25730,6
Ações Preferenciais Resgatáveis	-	-
Ágio, Líquido	-	-
Ações Ordinárias, Total	19249,18	19249,18
Capital Social integralizado Adicional	-	-
Lucros Retidos (Prejuízos Acumulados)	5656,3	4817,69
Ações em Tesouraria - Ordinárias	-242,54	-280,43
Garantia de Dívida de Opções de Compra de Ações	-	-
Ganho/(Perda) não Realizado(a)	-	-
Outros Patrimônios Líquidos, Total	2292,76	1944,16
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	54002,97	51281,03

Fonte: Gerdau S/A (GGBR3, 2020).

3.2.1 Indicador de liquidez corrente

Os dados apresentados no Quadro 2 foram obtidos através de cálculos contábeis realizados por coletas de dados do balanço patrimonial da Gerdau S/A nos anos específicos de 2019 e 2018, respectivamente, o resultado obtido com essas análises se trata do índice de liquidez corrente. Para apuração dos demonstrativos, realiza-se a divisão do ativo circulante pelo passivo circulante, ou seja, tudo aquilo que a empresa tem de imediato e divide-se pelas obrigações de curto prazo.

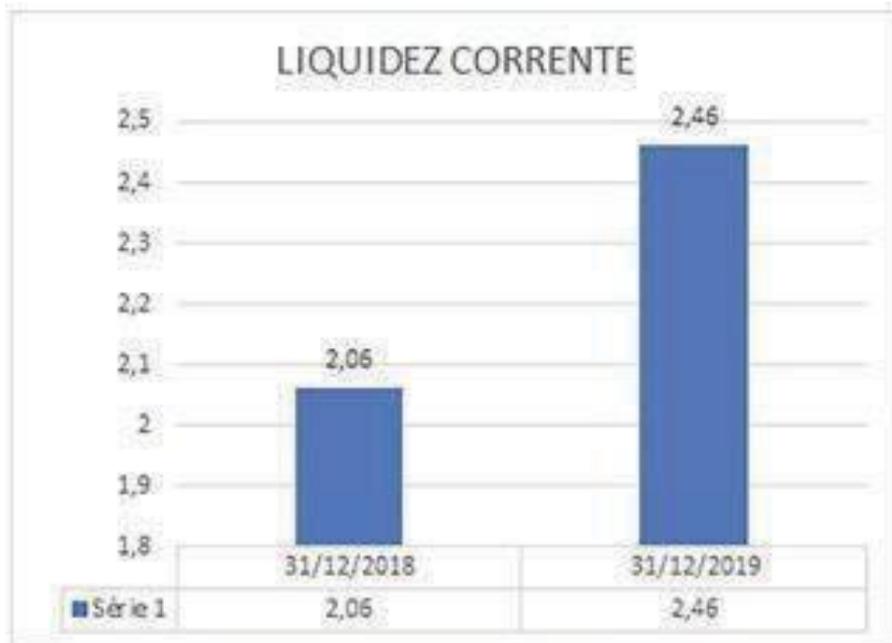
Quadro 2 - Análise do índice de liquidez Corrente da Gerdau S/A

Ano/Exercício	31/12/2019	31/12/2018
Liquidez Corrente	2,46	2,06

Fonte: Autores da pesquisa, 2020.

No gráfico abaixo, apresenta-se os índices de liquidez dos dois anos analisados e um demonstrativo de qual ano teve melhor capacidade de cumprir com suas obrigações.

Gráfico 1 - Variação do índice de liquidez Corrente



Fonte: Autores da pesquisa, 2020.

Conforme os cálculos demonstrados no gráfico, a empresa apresentou uma boa folga quanto à quitação dos seus compromissos em curto prazo no ano de 2018, gastando apenas seus recursos próprios. Em regra, o valor deve ser maior ou igual a 1, correspondendo a R\$ 1,00, e obteve uma elevação significativa do índice no ano de 2019.

3.2.2 Indicador de liquidez seca

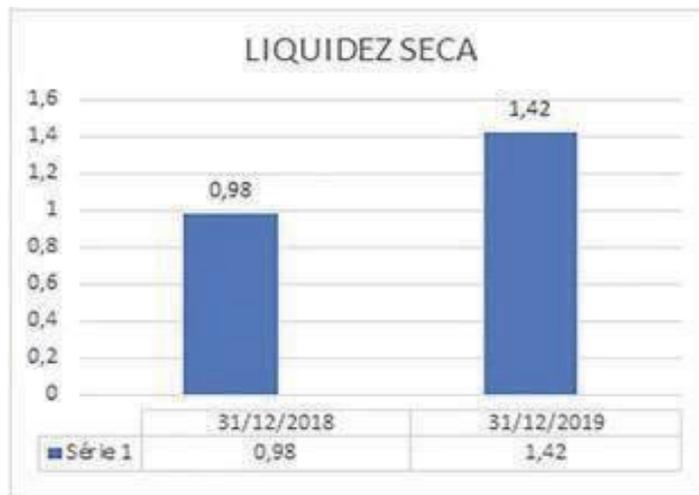
Os dados apresentados no Quadro 3 foram obtidos através de cálculos contábeis, realizados por coleta de dados do balanço patrimonial da Gerdau S/A nos anos de 2019 e 2018, respectivamente, o resultado obtido se trata do índice de liquidez seca da empresa. Para apuração desses demonstrativos foi feito uma subtração do estoque no ativo circulante e posteriormente a divisão do resultado pelo passivo circulante.

Quadro 3 - Análise do índice de liquidez Seca da Gerdau S/A

Ano/Exercício	31/12/2019	31/12/2018
Liquidez Seca	1,42	0,98

Fonte: Autores da pesquisa, 2020.

No gráfico abaixo, apresentam-se os índices de liquidez seca dos dois anos analisados e um demonstrativo de qual ano teve melhor capacidade de cumprir com suas obrigações.

Gráfico 2 - Variação do índice de liquidez seca

Fonte: Autores da pesquisa, 2020.

A empresa teve dificuldades para quitar seus compromissos de vencimentos em curto prazo sem consumir seus estoques, ou seja, a empresa teve que consumir um pouco do seu estoque.

Os índices apresentados foram menores que 1 para cada R\$ 1,00 no ano 2018. Comprovando que os recursos líquidos não seriam o bastante para o ano de 2018, mas no ano de 2019 apresentou uma significativa melhora, e para cada R\$ 1,00 de dívidas de curto prazo a empresa obteve R\$ 1,42 em seu ativo circulante já descontado o estoque.

3.3.3 Indicador de liquidez imediata

Os dados apresentados no Quadro 4 foram obtidos através de cálculos contábeis,

realizados através da coleta de dados do Balanço Patrimonial da Gerdau S/A nos exercícios de 2019 e 2018, respectivamente. Para a apuração desses demonstrativos o cálculo foi obtido através da divisão do disponível da empresa pelo passivo circulante.

Quadro 4 - Análise do índice de liquidez imediata da Gerdau S/A

Ano/Exercício	31/12/2019	31/12/2018
Liquidez Imediata	1,56	1,07

Fonte: Autores da pesquisa, 2020.

No Gráfico 3, apresentam-se os índices de liquidez imediata dos dois anos analisados e um demonstrativo de qual ano teve melhor capacidade de cumprir com suas obrigações.

Gráfico 3 - Variação do índice de liquidez imediata



Fonte: Autores da pesquisa, 2020.

No índice de liquidez imediata, para cada R\$ 1,00 de dívidas de curto prazo, a empresa tem R\$ 1,07 de disponibilidades no ano de 2018 e apresentando uma significativa melhora em 2019, obtendo de disponibilidade R\$ 1,56 para cada R\$ 1,00 de dívidas de curto prazo.

3.3.4 Indicador de liquidez geral

Os dados apresentados no Quadro 5 foram obtidos através de cálculos contábeis realizados através da coleta de dados do balanço patrimonial da Gerdau S/A nos anos de

2019 e 2018, respectivamente. Para apurar os demonstrativos dos indicadores de liquidez geral, realizamos uma somatória dos ativos circulantes somado aos ativos realizáveis em longo prazo e dividimos pelos passivos circulantes somados aos passivos exigíveis em longo prazo. Para melhor compreensão, somam-se todos os bens e os direitos da empresa e dividem-se por todas as obrigações contidas na mesma.

Quadro 5 - Análise do índice de liquidez geral da Gerdau S/A

Ano/Exercício	31/12/2019	31/12/2018
Liquidez Geral	2,43	2,17

Fonte: Autores da pesquisa, 2020.

No Gráfico 4, apresentaram-se os índices de liquidez geral dos dois anos analisados e um demonstrativo de qual ano teve melhor capacidade de cumprir com suas obrigações.

Gráfico 4 - Variação do índice de liquidez Geral



Fonte: Autores da pesquisa, 2020.

O índice de liquidez geral demonstrou que, em 2018, para cada R\$ 1,00 de dívida de curto e longo prazo, a empresa possuía R\$ 2,17 no seu ativo circulante mais o receber em longo prazo, conseguindo um leve acréscimo em 2019 em que apresentou o resultado de R\$ 2,43. Essa empresa, com suas atividades, nesse período, apresentou folga para quitação de suas dívidas com vencimentos maiores que um ano.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O resultado obtido através das pesquisas realizadas na empresa baseia-se em estudo de caso elaborado por meio de pesquisa bibliográfica. De acordo com Koche (2016), a explicação de um problema tem início a partir de conhecimentos publicados em livros ou obras com o mesmo modelo de situação.

Analisando o balanço patrimonial da Gerdau S/A dos anos respectivos de 2018 e 2019, nos períodos de 01/01 a 31/12, foi possível avaliarmos as possibilidades de liquidez apresentadas pela empresa Gerdau S/A durante os períodos em questão. Para tanto, utilizamos fórmulas que são aplicadas para apuração dos indicadores de liquidez, sendo apurados os seguintes indicadores liquidez: corrente seca, imediata e geral, captando dados do balanço patrimonial apresentados pela mesma empresa nos dois anos analisados.

No ano de 2018, a empresa teve um cenário favorável, apresentando os seguintes indicadores: na liquidez corrente 2,06; liquidez Seca 0,98; liquidez imediata 1,07 e na liquidez geral 2,17. Apenas na liquidez seca apresentou-se um índice de 0,98, ou seja, menor que 1. Isso significa que ela não estava apta a cumprir com suas obrigações, e seriam necessárias mudanças nas suas atuações financeiras para poder liquidar seu passivo.

No ano de 2019, a análise foi realizada nas mesmas proporções e fórmulas do ano anterior, em que se analisou o balanço patrimonial da Gerdau S/A, e constatamos um ótimo índice financeiro, uma vez que a empresa foi capaz de fazer a quitação de seu passivo com uma folga bastante relevante. Os indicadores apresentados foram liquidez corrente 2,46; liquidez Seca 1,42; liquidez imediata 1,56 e liquidez Geral 2,43. Sendo assim, pode-se concluir que as medidas tomadas pela empresa, ao realizar o levantamento dos índices de liquidez, foram totalmente eficazes.

Os indicadores de liquidez são considerados uma das formas que a empresa possui para conseguir manter o controle das suas obrigações e direitos tanto no presente quanto no futuro, esse foi o resultado apresentado através do estudo de caso feito através das coletas de amostragem da Gerdau S/A.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se desenvolver o presente artigo, foi possível aprofundar o conhecimento sobre

o funcionamento e a importância dos índices de liquidez de uma empresa, e ressaltar a positividade ao utilizar tais índices para tomadas de decisões dos administradores, no contexto relacionado, como instrumento de gestão financeira. O estudo obteve resultados satisfatórios e cumpriu o esperado dentro das etapas de características das análises dos indicadores financeiros aqui demonstrados.

Outro ponto satisfatório foi a oportunidade de aprimorar o conhecimento diante dos cálculos realizados. Assim, com o correto desenvolvimento, foi possível chegar numa resposta concreta e simplificada dos resultados obtidos, caso contrário, poderíamos ter acarretado dúvidas e conclusões incorretas sobre a atual situação da empresa que foi analisada, a Gerdau S/A. A análise aqui apresentada se torna de suma importância levando em conta o atual cenário de competitividade que estamos vivendo, em que as empresas devem buscar ferramentas para auxiliá-las cada dia mais nas tomadas de decisões buscando resultados coerentes e positivos.

O objetivo da pesquisa foi analisar a situação econômica e financeira da empresa Gerdau S/A, tomando por base os índices de liquidez obtidos através da análise dos balanços patrimoniais dos anos 2018 e 2019 apresentados pela empresa e divulgados na Bolsa de Valores (BOVESPA B3). Quanto ao objetivo traçado pelo grupo, obteve-se êxito porque a pesquisa nos trouxe um vasto conhecimento e novas oportunidades de crescimento pessoal bem como profissional, ficando aberta a expectativa de novas pesquisas mais aprofundadas dentro do tema abrangido.

6 REFERÊNCIAS

AGOSTINI, Carla; CARVALHO, Joziane T. de. **A Evolução da Contabilidade:** seus avanços no Brasil e a Harmonização com as Normas Internacionais. Anuário de Produção Científica, Instituto de Ensino Superior, ano 1, n. 1, out. 2012.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços:** Um Enfoque Econômico e Financeiro. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

Assaf Neto, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços:** um enfoque econômico-financeiro. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças Corporativas e Valor.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BARRETO, Gualter A. **Manual do Contador.** 2011. Disponível em:

<http://www.manualdocontador.com.br/> Acesso em: 04/05/2020 às 20h32.

BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO (BOVESPA). Disponível em: acesso em: <https://br.investing.com/equities/gerdau-on-n1-balance-sheet>. Acesso em 25/05/2020, às 14h47min.

BONA, André. Disponível em: [https://andrebona.com.br/Indicadores de liquidez corrente, seca, imediata e geral: entenda](https://andrebona.com.br/Indicadores-de-liquidez-corrente-seca-imediata-e-geral-entenda). Artigo publicado em 10/10/2017. Atualizado em 16/04/2019. Acesso em 19/06/2020 22h01min.

CLEMENTE, Lucas. <https://blog.inepadconsulting.com.br/afinal-o-que-e-o-indice-de-liquidez/> Artigo publicado em 29/07/2019. Acesso em 23/06/2020 14h27min.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Legislação da Profissão Contábil**. Brasília: CFC, 2003.

FRANCO, Hilário. **Evolução dos princípios contábeis no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1988.

FRANCO, Hilário **Contabilidade Geral**. 23 ed. São Paulo: Atlas S/A, 1996.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDÁ, Michael F. Van. **Teoria da Contabilidade**. Tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, S.; Lopes, a. B. **Teoria Avançada da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2004.

JOCHEM, Laudelino. **Contabilidade: uma visão crítica da evolução histórica**. 2 ed. Curitiba: Juruá Editora, 2013.

KOCHE, José Carlos. **Fundamento de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. 34 ed. Petrópolis, Rio-de Janeiro: Vozes, 2015.

LIMA, Arievaldo Alves de. **Coleção Lições Introdutórias: Histórias da contabilidade**. Rio de Janeiro: PoD Editora, 2011.

MAESTRI, Mário. **No tempo do pau-brasil**. São Paulo: D.O. Leitura, 1991.

MATARAZZO, Dante C. **Análise Financeira de balanços**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 3. ed. São Paulo. Atlas, 1988.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis: contabilidade empresarial**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 16 ed. São Paulo Atlas, 2012.

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONTABILIDADE – **Resolução CFC n° 750/93**.
Brasília: CFC, 1993.

PRINCÍPIOS DE CONTABILIDADE em **Só Contabilidade**. Virtuoso Tecnologia da Informação, 2007-2020. Consultado em 17/08/2020 às 14:45. Disponível na Internet em <http://www.socontabilidade.com.br/conteudo/principios.php>

RAZA, Cláudio. **Informações contábeis**: o cliente não sabe pedir e o escritório contábil, na sua grande maioria, não está preparado para fornecer. Boletim CRC SP, São Paulo, n.166, p.16-17, maio 2008.

Reis, Heraldo da Costa. **Contabilidade e Gestão Governamental**. Rio de Janeiro: IBAM, 2004.

REIS, Aline de Jesus; SILVA, Selma leal da; SILVA, Cleide Carneiro Alves da. **A História da contabilidade no Brasil**. 2007. 13 f. Dissertação (Graduação em Ciências Contábeis). UNIFACS. São Paulo 2007.

RIBEIRO FILHO, J. F.; LOPES, J.; PEDERNEIRAS, M. **Uma visão teórico-reflexiva da Teoria da Contabilidade**. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

RIBEIRO, Osni Moura, **Estrutura e análise de balanços fácil**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

SÁ, Antônio Lopes de. **Introdução às Ciências Contábeis**. São Paulo: Tecnoprint, 1987.

SANTOS, José Luiz dos; SCHMIDT, Paulo e MACHADO, Nilson Perinazzo. **Fundamentos da teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2005.

SILVA, José Pereira da. **Análise Financeiras das Empresas**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, Alexandre Alcântara. **Estrutura, Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis**. 2 ed. São Paulo: Atlas S/A, 2010.

SCHMIDT, Paulo. **Uma Contribuição ao Estudo da História do Pensamento Contábil**. 1996. Tese (Doutorado em Contabilidade) Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

SCHMIDT, Paulo. **História do pensamento contábil**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

SOUZA, Simone Valadares de. **Liquidez**: Saúde Financeira das Empresas. 2003. Disponível em: <http://peritocontador.com.br/wp-content/uploads/2015/03/Simone-Valadares-de-Souza-Liquidez.-A-Sa%C3%BAde-Financeira-das-Empresas.pdf>. Acesso em 21/04/2020 às 15h19min.

TAVARES, Andre Charone Lopes. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/administracao/os-principios-contabeis-segundo-resolucao-cfc-750-.htm>. Acesso em 14/03/2020, às 22h25min.

ZANLUCA, Júlio César. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/demonstracoescontabeis.htm>. Acesso em 19/06/2020, às 21h55min.

http://www.gerdau.com.br/updatetool/DownloadCenter/_fls/_dwn/544_1.pdf Acesso em 20/04/2020. Acesso em 14/03/2020, às 14h05min.

http://www.peritocontador.com.br/artigos/colaboradores/Liquidez%5B1%5D._A_Sa_de_Financeira_das_Empresas.pdf Acesso em 02/06/2020, às 22h05min.

<https://www.valor.srv.br/matTecs/matTecsIndex.php?idMatTec=57>. Acesso em 14/03/2020, às 14h25min.

<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/principiosfundamentais.htm> Acesso em 14/03/2020, às 19h14min.

<https://www.afixcode.com.br/blog/principios-contabeis-revogacao-resolucao-750-1993/> Acesso em 16/04/2020 às 21h25min.

<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/administracao/os-principios-contabeis-segundo-resolucao-cfc-750-.htm> acesso em 16/03/2020 Acesso em 10/04/2020, às 22h10min.